

Interlegis:

Programa de Modernização do Legislativo Brasileiro

**Compilação de Normas
Jurídicas no Sistema de Apoio
ao Processo Legislativo - SAPL**



SAPL 3.1

[Início](#) [Institucional](#) [Documentos Administrativos](#) [Atividade Legislativa](#) [Normas Jurídicas](#)

[Q](#) [?](#) [i](#)



Câmara Municipal de Pato Branco
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo



Mesa Diretora



Comissões



Parlamentares



**Pautas das
Sessões**



Sessão Plenária



**Matérias
Legislativas**



**Normas
Jurídicas**



Relatórios

www.interlegis.leg.br

Interlegis

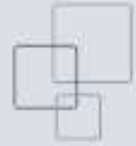


Instituto Legislativo
Brasileiro



SENADO
FEDERAL





Compilação de Normas Jurídicas



Lei Orgânica



LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE SAPELÓPOLIS

03 DE MARÇO DE 1990

PREÂMBULO

Sob a proteção de Deus e em nome do povo, nós Vereadores, investidos de Poder Constituinte e fiéis às tradições históricas, culturais e da preservação ambiental, aprovamos e promulgamos a presente Lei Orgânica do Município./



SAPL 3.1



TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

XI - dispor sobre os serviços funerários, administrar os cemitérios públicos e fiscalizar os particulares;

decorrência

XI - dispor sobre os serviços funerários, administrar os cemitérios públicos e fiscalizar os particulares;

XII - dispor sobre depósito e destino de animais e mercadorias apreendidos em decorrência de transgressão da legislação municipal;

XIII - arrendar e conceder direito de uso, ou permutar bens do Município;

XIV - aceitar legados e doações;

XV - dispor sobre espetáculos e diversões públicas;

XVI - quanto aos estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços:

a) conceder ou renovar a licença para abertura, fixar horário e condições de funcionamento;

b) revogar a licença daqueles cujas atividades se tornarem prejudiciais à saúde, à higiene, ao bem-estar, à recreação, ao sossego público e aos bons costumes;

c) promover o fechamento daqueles que funcionarem sem licença, ou após a revogação desta, ou ainda em desacordo com a legislação existente;

XVII - dispor sobre o comércio ambulante e feiras livres;

XVIII - instituir e impor as penalidades por infrações das suas leis e regulamentos;

XIX - integrar consórcio com outros municípios para solução de problemas comuns;

XX - regulamentar, autorizar e fiscalizar a afixação de cartazes e anúncios, bem como a utilização de quaisquer outros meios de publicidade e propaganda, nos locais sujeitos ao poder de polícia municipal;

XXI - aprovar denominação de próprios, vias e logradouros públicos;

XXII - dispor sobre qualquer outra matéria de uso competência exclusiva.

Seção II
Da Competência Comum

Art. 10. O Município atuará em cooperação com a União no exercício das competências comuns, enumeradas no artigo 23 da Constituição, sob as condições sejam de seu interesse.

Seção III
Da Competência Suplementar

Art. 11. Compete ao Município, observadas as normas federais pertinentes:

I - dispor sobre a prevenção e combate de incêndios;

II - coibir, no exercício do poder de polícia, as atividades que violem normas de saúde, sossego, higiene, segurança, funcionalidade e outras de interesse coletivo;

XI - dispor sobre os serviços funerários, administrar os cemitérios públicos e fiscalizar os particulares;

XII - dispor sobre depósito e destino de animais e mercadorias apreendidos em decorrência de transgressão da legislação municipal;

XIII - arrendar e conceder direito de uso, ou permutar bens do Município;

XIV - aceitar legados e doações;

XV - dispor sobre espetáculos e diversões públicas;

XVI - quanto aos estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços:

a) conceder ou renovar a licença para abertura, fixar horário e condições de funcionamento;

b) revogar a licença daqueles cujas atividades se tornarem prejudiciais à saúde, à higiene, ao bem-estar, à recreação, ao sossego público e aos bons costumes;

c) promover o fechamento daqueles que funcionarem sem licença, ou após a revogação desta, ou ainda em desacordo com a legislação existente;

XVII - dispor sobre o comércio ambulante e feiras livres;

XVIII - instituir e impor as penalidades por infrações das suas leis e regulamentos;

XIX - integrar consórcio com outros municípios para solução de problemas comuns;

XX - regulamentar, autorizar e fiscalizar a afixação de cartazes e anúncios, bem como a utilização de quaisquer outros meios de publicidade e propaganda, nos locais sujeitos ao poder de polícia municipal;

XXI - aprovar denominação de próprios, vias e logradouros públicos;

XXII - dispor sobre qualquer outra matéria de uso competência exclusiva.

Art. 354. Esta Lei Orgânica será promulgada na data da sua publicação.

Sob a presidência do Presidente da República, investidos culturais e a presente

Alterações em normas

TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º O Município de Pato Branco, em união indissolúvel com o Estado do Paraná e a República Federativa do Brasil, constituído dentro do Estado Democrático de Direito da Federação Brasileira, em esfera de governo local, objetiva, na sua área territorial e competencial, o desenvolvimento, com a construção de uma comunidade igualitária, justa e solidária, fundamentada na autonomia, na cidadania, na dignidade da pessoa humana, nos valores sociais do trabalho, na livre iniciativa, na livre concorrência, no pluralismo político, visando ao bem comum e exercendo seu poder por decisão direta dos munícipes, ou por seus representantes eleitos, nos termos desta Lei Orgânica, da Constituição do Estado do Paraná e da Constituição da República Federativa do Brasil.

Parágrafo único. A ação municipal desenvolve-se em todo o território, sem privilégios, eliminando as desigualdades e promovendo o bem-estar de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade, crença, filosofia, ou de qualquer outra forma de discriminação.

Art. 2º O Município reger-se-á por esta Lei Orgânica, atendidos os princípios constitucionais.

TÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3º O Município de Pato Branco, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com autonomia política, administrativa e financeira, integra a divisão administrativa do Estado do Paraná.

Parágrafo único. A cidade de Pato Branco é a sede do Município.

Art. 4º O Município poderá criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.

Parágrafo único. Os distritos serão geridos por um administrador, com a cooperação de um conselho distrital, na forma que dispuser lei complementar.

Art. 5º É mantida a integridade do Município, que só poderá ser alterada através de lei estadual, mediante a aprovação da população interessada, em plebiscito prévio, desde que seja preservada a unidade histórico-cultural do ambiente urbano.

Parágrafo único. A incorporação, a fusão e o desmembramento de partes do Município, para integrar ou criar outros municípios, obedecerão aos requisitos previstos na Constituição Estadual.

Art. 6º São símbolos do Município de Pato Branco, além dos nacionais e estaduais, o Brasão, a Bandeira e o Hino, estabelecidos por lei.

Art. 7º São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Art. 8º O Município de Pato Branco, integrado ao Estado de Direito, utilizará os seguintes instrumentos para promover a sua democratização:



CÂMARA MUNICIPAL DE SAPELÓPOLIS

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 01

DE 20 DE MAIO DE 2017

Altera o Art. 3º da Lei Orgânica do Município

A CÂMARA MUNICIPAL DE SAPELÓPOLIS aprova e sua Mesa promulga a seguinte Emenda ao texto da Lei Orgânica.

Art. 1º Modifica o Art. 3º da Lei Orgânica do Município de Sapelópolis para vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 3º São símbolos do Município: a bandeira, o hino, o hino à bandeira e o brasão, que representam a sua cultura e a sua história”. (NR)



CÂMARA MUNICIPAL DE SAPELÓPOLIS

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 03

DE 20 DE MAIO DE 2017

Altera o Art. 5º da Lei Orgânica do Município

A CÂMARA MUNICIPAL DE SAPELÓPOLIS aprova e sua Mesa promulga a seguinte Emenda ao texto da Lei Orgânica.

Art. 1º Modifica o Art. 5º da Lei Orgânica do Município de Sapelópolis para vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 5º São símbolos do Município: a bandeira, o hino, o hino à bandeira e o brasão, que representam a sua cultura e a sua história”. (NR)

Art. 2º Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.



CÂMARA MUNICIPAL DE SAPELÓPOLIS

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 02

DE 20 DE MAIO DE 2017

Altera o Art. 4º da Lei Orgânica do Município de Sapelópolis.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SAPELÓPOLIS aprova e sua Mesa promulga a seguinte Emenda ao texto da Lei Orgânica.

Art. 1º Modifica o Art. 4º da Lei Orgânica do Município de Sapelópolis para passar a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 4º São símbolos do Município: a bandeira, o hino, o hino à bandeira e o brasão, que representam a sua cultura e a sua história”. (NR)

Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.



CÂMARA MUNICIPAL DE SAPELÓPOLIS

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 04

DE 20 DE MAIO DE 2017

Altera o Art. 8º da Lei Orgânica do Município de Sapelópolis.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SAPELÓPOLIS aprova e sua Mesa promulga a seguinte Emenda ao texto da Lei Orgânica.

Art. 1º Modifica o Art. 8º da Lei Orgânica do Município de Sapelópolis para passar a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 8º São símbolos do Município: a bandeira, o hino, o hino à bandeira e o brasão, que representam a sua cultura e a sua história”. (NR)

Art. 2º Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

Alterações em Normas

TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º O Município de Pato Branco, em união indissolúvel com o Estado do Paraná e a República Federativa do Brasil, constituído dentro do Estado Democrático de Direito da Federação Brasileira, em esfera de governo local, objetiva, na sua área territorial e competencial, o desenvolvimento, com a construção de uma comunidade igualitária, justa e solidária, fundamentada na autonomia, na cidadania, na dignidade da pessoa humana, nos valores sociais do trabalho, na livre iniciativa, na livre concorrência, no pluralismo político, visando ao bem comum e exercendo seu poder por decisão direta dos munícipes, ou por seus representantes eleitos, nos termos desta Lei Orgânica, da Constituição do Estado do Paraná e da Constituição da República Federativa do Brasil.

Parágrafo único. A ação municipal desenvolve-se em todo o território, sem privilégios, eliminando as desigualdades e promovendo o bem-estar de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade, crença, filosofia ou de qualquer outra forma de discriminação.

Art. 2º O Município reger-se-á por esta Lei Orgânica, atendidos os princípios constitucionais.

TÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3º O Município de Pato Branco, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com autonomia política, administrativa e financeira, integra a divisão administrativa do Estado do Paraná.

Parágrafo único. A cidade de Pato Branco é a sede do Município.

Art. 4º O Município poderá criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.

Parágrafo único. Os distritos serão geridos por um administrador, com a cooperação de um conselho distrital, na forma que dispuser lei complementar.

Art. 5º A integridade do Município, que só poderá ser alterada através de lei estadual, mediante a aprovação da população interessada, em plebiscito prévio, desde que seja preservada a unidade histórico-cultural do ambiente urbano.

Parágrafo único. A incorporação, a fusão e o desmembramento de partes do Município, para integrar ou criar outros municípios, obedecerão aos requisitos previstos na Constituição Estadual.

Art. 6º São símbolos do Município de Pato Branco, além dos nacionais e estaduais, o Brasão, a Bandeira e o Hino, estabelecidos por lei.

Art. 7º São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Art. 8º O Município de Pato Branco, integrado ao Estado de Direito, utilizará os seguintes instrumentos para promover a sua democratização:



CÂMARA MUNICIPAL DE SAPELÓPOLIS

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 01

DE 20 DE MAIO DE 2017

Altera o Art. 3º da Lei Orgânica do Município

A CÂMARA MUNICIPAL DE SAPELÓPOLIS aprova e sua Mesa promulga a seguinte Emenda ao texto da Lei Orgânica.

Art. 1º Modifica o Art. 3º da Lei Orgânica do Município de Sapelópolis para vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 3º São símbolos do Município: a bandeira, o hino, o hino à bandeira e o brasão, que representam a sua cultura e a sua história”. (NR)



CÂMARA MUNICIPAL DE SAPELÓPOLIS

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 03

DE 20 DE MAIO DE 2017

Altera o Art. 5º da Lei Orgânica do Município

A CÂMARA MUNICIPAL DE SAPELÓPOLIS aprova e sua Mesa promulga a seguinte Emenda ao texto da Lei Orgânica.

Art. 1º Modifica o Art. 5º da Lei Orgânica do Município de Sapelópolis para vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 5º São símbolos do Município: a bandeira, o hino, o hino à bandeira e o brasão, que representam a sua cultura e a sua história”. (NR)

Art. 2º Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.



CÂMARA MUNICIPAL DE SAPELÓPOLIS

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 02

DE 20 DE MAIO DE 2017

Altera o Art. 4º da Lei Orgânica do Município de Sapelópolis.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SAPELÓPOLIS aprova e sua Mesa promulga a seguinte Emenda ao texto da Lei Orgânica.

Art. 1º Modifica o Art. 4º da Lei Orgânica do Município de Sapelópolis que passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 4º São símbolos do Município: a bandeira, o hino, o hino à bandeira e o brasão, que representam a sua cultura e a sua história”. (NR)

Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.



CÂMARA MUNICIPAL DE SAPELÓPOLIS

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 04

DE 20 DE MAIO DE 2017

Altera o Art. 8º da Lei Orgânica do Município de Sapelópolis.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SAPELÓPOLIS aprova e sua Mesa promulga a seguinte Emenda ao texto da Lei Orgânica.

Art. 1º Modifica o Art. 8º da Lei Orgânica do Município de Sapelópolis que passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 8º São símbolos do Município: a bandeira, o hino, o hino à bandeira e o brasão, que representam a sua cultura e a sua história”. (NR)

Art. 2º Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

Lei Orgânica Compilada

Lei Orgânica Municipal nº 1, de 05 de abril de 1990

Identificação Básica

Tipo de Texto Articulado	Tipo da Norma Jurídica	Número	Ano	Data
Norma Jurídica	Lei Orgânica Municipal	1	1990	5 de Abril de 1990

Ementa

Lei Orgânica do Município de Pato Branco

[Preparar para impressão](#)

Links das emendas à Lei Orgânica



[a](#) [A](#)

Alterado(a) pelo(a) Lei Ordinária nº 1.014, de 04 de março de 1991

Alterado(a) pelo(a) Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 2, de 10 de dezembro de 1993

Alterado(a) pelo(a) Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 4, de 20 de dezembro de 1994

Alterado(a) pelo(a) Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 6, de 16 de dezembro de 1997

Alterado(a) pelo(a) Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 8, de 27 de junho de 2000

Alterado(a) pelo(a) Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 10, de 03 de setembro de 2002

Alterado(a) pelo(a) Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 13, de 30 de novembro de 2004

Alterado(a) pelo(a) Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 14, de 03 de junho de 2008

Alterado(a) pelo(a) Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 16, de 09 de agosto de 2011

Alterado(a) pelo(a) Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 1, de 30 de novembro de 1993

Alterado(a) pelo(a) Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 3, de 09 de novembro de 1994

Alterado(a) pelo(a) Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 5, de 04 de novembro de 1997

Alterado(a) pelo(a) Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 7, de 07 de abril de 1998

Alterado(a) pelo(a) Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 9, de 02 de julho de 2001

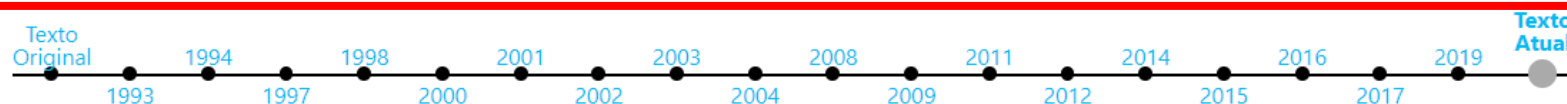
Alterado(a) pelo(a) Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 11, de 28 de novembro de 2003

Alterado(a) pelo(a) Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 12, de 30 de novembro de 2004

Alterado(a) pelo(a) Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 15, de 17 de setembro de 2009

Alterado(a) pelo(a) Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 17, de 04 de outubro de 2011

Lei Orgânica Compilada



Vigência a partir de **19 de Maio de 2021**.

Dada por Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 24, de 19 de maio de 2021

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

Nós, Vereadores, com a participação da sociedade, após observarmos os preceitos das Constituições Federal e Estadual, invocando a proteção de Deus, PROMULGAMOS a presente Lei Orgânica, que constituirá o ordenamento político-administrativo básico do Município de Pato Branco.

TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º. O Município de Pato Branco, em união indissolúvel com o Estado do Paraná e a República Federativa do Brasil, constituído dentro do Estado Democrático de Direito da Federação Brasileira, em esfera de governo local, objetiva, na sua área territorial e competencial, o desenvolvimento, com a construção de uma comunidade igualitária, justa e solidária, fundamentada na autonomia, na cidadania, na dignidade da pessoa humana, nos valores sociais do trabalho, na livre iniciativa, na livre concorrência, no pluralismo político, visando ao bem comum e exercendo seu poder por decisão direta dos munícipes, ou por seus representantes eleitos, nos termos desta Lei Orgânica, da Constituição do Estado do Paraná e da Constituição da República Federativa do Brasil.

Parágrafo único. A ação municipal desenvolve-se em todo o território, sem privilégios, eliminando as desigualdades e promovendo o bem-estar de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade, crença, filosofia, ou de qualquer outra forma de discriminação.

Art. 2º. O Município reger-se-á por esta Lei Orgânica, atendidos os princípios constitucionais.

Linha do Tempo



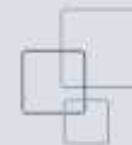
Vigência a partir de **19 de Maio de 2021**.

Dada por Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 24, de 19 de maio de 2021

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

Nós, Vereadores, com a participação da sociedade, após observarmos os preceitos das Constituições Federal e Estadual, invocando a proteção de Deus, PROMULGAMOS a presente Lei Orgânica, que constituirá o ordenamento político-administrativo básico do Município de Pato Branco.

Tipos de alterações



DO PODER LEGISLATIVO

Seção I DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 13. O Poder Legislativo do Município de Pato Branco é exercido pela Câmara Municipal, composta de Vereadores eleitos pelo voto direto e secreto, para um mandato de 4 anos, através de sistema proporcional, dentre cidadãos maiores de 18 anos, no exercício dos direitos políticos.

Art. 13. O Poder Legislativo do Município de Pato Branco é exercido pela Câmara Municipal, composta de vereadores eleitos por voto facultativo e obrigatório, direto e secreto, para mandato de 4 anos, pelo sistema proporcional, dentre cidadãos maiores de 18 anos, no exercício dos direitos políticos. [Alteração feita pelo Art. 1º - Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 11, de 28 de novembro de 2003.](#)

§ 1º. O número de Vereadores para cada legislatura será fixado pela legislatura anterior, mediante resolução, até cento e oitenta dias antes da data de realização das eleições municipais, atendidos os parâmetros de proporcionalidade estabelecidos nas Constituições Federal e Estadual:

§ 1º. O número de vereadores será fixado proporcionalmente à população do município, nos termos da alínea "a" do inciso IV do artigo 29 da Constituição Federal, observada a seguinte escala: [Alteração feita pelo Art. 1º - Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 11, de 28 de novembro de 2003.](#)

§ 1º. O número de vereadores será fixado proporcionalmente à população do Município, observados os seguintes parâmetros: [Alteração feita pelo Art. 1º - Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 16, de 09 de agosto de 2011.](#)

§ 1º. Observados os parâmetros de proporcionalidade estabelecidos pela Constituição Federal, fica fixado em 11 (onze) o número de vereadores do Município de Pato Branco. [Alteração feita pelo Art. 1º - Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 17, de 04 de outubro de 2011.](#)



Alteração



Alteração de dispositivos

DO PODER LEGISLATIVO

SEÇÃO I DA CÂMARA MUNICIPAL

~~Art. 13. O Poder Legislativo do Município de Pato Branco é exercido pela Câmara Municipal, composta de Vereadores eleitos pelo voto direto e secreto, para um mandato de 4 anos, através de sistema proporcional, dentre cidadãos maiores de 18 anos, no exercício dos direitos políticos.~~

Art. 13. O Poder Legislativo do Município de Pato Branco é exercido pela Câmara Municipal, composta de vereadores eleitos por voto facultativo e obrigatório, direto e secreto, para mandato de 4 anos, pelo sistema proporcional, dentre cidadãos maiores de 18 anos, no exercício dos direitos políticos. Alteração feita pelo Art. 1º. - Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 11, de 28 de novembro de 2003.

~~§ 1º. O número de Vereadores para cada legislatura será fixado pela legislatura anterior, mediante resolução, até cento e oitenta dias antes da data de realização das eleições municipais, atendidos os parâmetros de proporcionalidade estabelecidos nas Constituições Federal e Estaduais.~~

~~§ 1º. O número de vereadores será fixado proporcionalmente à população do município, nos termos da alínea "a" do inciso IV do artigo 29 da Constituição Federal, observada a seguinte escala: Alteração feita pelo Art. 1º. - Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 11, de 28 de novembro de 2003.~~

~~§ 1º. O número de vereadores será fixado proporcionalmente à população do Município, observados os seguintes parâmetros: Alteração feita pelo Art. 1º. - Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 16, de 09 de agosto de 2011.~~

§ 1º. Observados os parâmetros de proporcionalidade estabelecidos pela Constituição Federal, fica fixado em 11 (onze) o número de vereadores do Município de Pato Branco. Alteração feita pelo Art. 1º. - Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 17, de 04 de outubro de 2011.

Revogação

Revogação de dispositivos

IV – de rejeição de veto. *Inclusão feita pelo Art. 7º. - Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 8, de 27 de junho de 2000.*

§ 4º. A aprovação das matérias não constantes dos parágrafos anteriores deste artigo dependerá do voto favorável da maioria simples dos Vereadores, presente à sessão a sua maioria absoluta.

§ 5º. As votações far-se-ão conforme determinar o Regimento Interno.

§ 6º. O voto será secreto:

§ 6º. (Revogado) *Revogado pelo Art. 2º. - Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 9, de 02 de julho de 2001.*

I – na eleição da Mesa;

I – (Revogado) *Revogado pelo Art. 1º. - Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 1, de 30 de novembro de 1993.*

II – nas deliberações relativas à prestação de contas do Município;

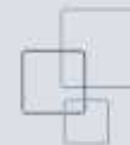
II – (Revogado) *Revogado pelo Art. 2º. - Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 9, de 02 de julho de 2001.*

III – nas deliberações sobre a perda de mandato de Vereadores:

III – (Revogado) *Revogado pelo Art. 2º. - Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 9, de 02 de julho de 2001.*

§ 7º. Estará impedido de votar o Vereador que tiver sobre a matéria interesse particular próprio, do cônjuge, de parente até o terceiro grau

Revogação



Revogação de dispositivos

IV – de rejeição de veto. [Inclusão feita pelo Art. 7º. - Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 8, de 27 de junho de 2000.](#)

§ 4º. A aprovação das matérias não constantes dos parágrafos anteriores deste artigo dependerá do voto favorável da maioria simples dos Vereadores, presente à sessão a sua maioria absoluta.

§ 5º. As votações far-se-ão conforme determinar o Regimento Interno.

§ 6º. O voto será secreto:

§ 6º. (Revogado) [Revogado pelo Art. 2º. - Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 9, de 02 de julho de 2001.](#)

I – na eleição da Mesa;

I – (Revogado) [Revogado pelo Art. 1º. - Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 1, de 30 de novembro de 1993.](#)

II – nas deliberações relativas à prestação de contas do Município;

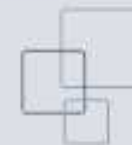
II – (Revogado) [Revogado pelo Art. 2º. - Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 9, de 02 de julho de 2001.](#)

III – nas deliberações sobre a perda de mandato de Vereadores;

III – (Revogado) [Revogado pelo Art. 2º. - Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 9, de 02 de julho de 2001.](#)

§ 7º. Estará impedido de votar o Vereador que tiver sobre a matéria interesse particular próprio, do cônjuge, de parente até o terceiro grau

Inclusão



Seção I-A DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

INCLUSÃO FEITA PELO ART. 1º. - EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 24, DE 19 DE MAIO DE 2021.

Art. 60-A. O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. [Inclusão feita pelo Art. 1º. - Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 24, de 19 de maio de 2021.](#)

Art. 60-B. Os servidores vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do Município serão aposentados com as seguintes idades mínimas: [Inclusão feita pelo Art. 1º. - Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 24, de 19 de maio de 2021.](#)

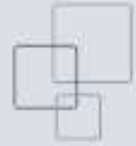
I – aos 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher; [Inclusão feita pelo Art. 1º. - Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 24, de 19 de maio de 2021.](#)

II – aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem. [Inclusão feita pelo Art. 1º. - Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 24, de 19 de maio de 2021.](#)

Parágrafo único. Os ocupantes do cargo de professor que comprovar exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio terão idade mínima reduzida em 5 (cinco) anos em relação às idades previstas no caput. [Inclusão feita pelo Art. 1º. - Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 24, de 19 de maio de 2021.](#)



Inclusão



Inclusão de dispositivos

Seção I-A

DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

INCLUSÃO FEITA PELO ART. 1º. - EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 24, DE 19 DE MAIO DE 2021.

Art. 60-A. O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. Inclusão feita pelo Art. 1º. - Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 24, de 19 de maio de 2021.

Art. 60-B. Os servidores vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do Município serão aposentados com as seguintes idades mínimas: Inclusão feita pelo Art. 1º. - Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 24, de 19 de maio de 2021.

I – aos 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher; Inclusão feita pelo Art. 1º. - Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 24, de 19 de maio de 2021.

II – aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem. Inclusão feita pelo Art. 1º. - Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 24, de 19 de maio de 2021.

Parágrafo único. Os ocupantes do cargo de professor que comprovar exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio terão idade mínima reduzida em 5 (cinco) anos em relação às idades previstas no caput. Inclusão feita pelo Art. 1º. - Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 24, de 19 de maio de 2021.

Notas explicativas públicas e privadas

Art. 1º. O Município de Sapelópolis é uma unidade do território do Estado da República Federativa do Brasil. É dotado de autonomia política, administrativa e financeira, garantida pela Constituição Estadual e por esta Lei Orgânica.

Nota privada

~~Art. 2º. São símbolos do Município a bandeira e o hino, que representam~~

Essa alteração foi feita por solicitação do sr. Prefeito em reunião com Mesa Diretora em 03/04/2019.

Art. 2º. São símbolos do Município: a bandeira, o hino, o hino à bandeira

Alteração feita pelo Art. 1º. - Emenda à Lei Orgânica nº 1, de 20 de maio de 2019.

Somente o usuário conectado com login e senha ao sistema poderá ver a nota!

Notas explicativas públicas e privadas



~~Art. 7º. São bens do Município:~~

Declaração de Inconstitucionalidade conforme ADIN 456/2020

Nota pública com
link externo

~~Art. 7º. (Revogado)~~ Revogado pelo I - Emenda à Lei Orgânica nº 2, de 09 de abril de 2020.

~~I - os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos;~~

~~I - (Revogado)~~ Revogado pelo I - Emenda à Lei Orgânica nº 2, de 09 de abril de 2020.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

Processo nº159.064-0/7-00

Autor: Partido Democrático Trabalhista (PDT)

Objeto: arts.51 e 93 da Lei Orgânica do Município de Araçariçuama; art.334 e art.359 VII do Regimento Interno da Câmara Municipal

Ementa: 1) Ação direta de inconstitucionalidade. Lei Municipal e Regimento Interno da Câmara. Definições de hipóteses de infrações político-administrativas, e respectivo processo e julgamento, para Prefeito e Vereadores. 2) Ilegitimidade de Diretoria Municipal de Partido Político para propositura de ações diretas. 3) Matéria afeta à competência privativa da União (art.22, inciso I, e §5 parágrafo único, da CF/88). Regra da repartição constitucional de competências associada diretamente ao princípio federativo (art.1º e art.18 da CF/88). Princípios de observância obrigatória pelos Estados e Municípios (art.1º e 144 da Constituição do Estado de São Paulo). 4) Inconstitucionalidade reconhecida.

Colendo Órgão Especial
Excelentíssimo Senhor Desembargador Relator

1) Relatório.

Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade movida pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) Diretoria Municipal de Araçariçuama, sob o fundamento de que: (a) houve quebra da repartição constitucional de competências associada diretamente ao princípio federativo (art.1º e art.18 da CF/88). Princípios de observância obrigatória pelos Estados e Municípios (art.1º e 144 da Constituição do Estado de São Paulo).

Negada a liminar (fls.301).

A Presidência da Câmara prestou informações, afirmando: (a) a ilegitimidade do autor; (b) a constitucionalidade dos dispositivos.

A Municipalidade também prestou informações (fls.320/321).

O Senhor Procurador-Geral do Estado, citado, declinou de realizar a defesa dos dispositivos impugnados (fls.330/332).

Ministério Público/STF

Vide (referência simples)

Regimento Interno

Art. 4º. A Câmara Municipal é composta por Vereadores eleitos pelo sistema proporcional, de quatro anos. (LO11) [Link para dispositivo de outra norma no SAPL](#)

Vide: Caput do Art. 11. - Lei Orgânica nº 1, de 05 de abril de 1990 - Dispositivo da Lei Orgânica Municipal

Art. 5º. Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação.

Lei Orgânica

Art. 11. A Câmara Municipal é composta por Vereadores eleitos pelo sistema proporcional, como de quatro anos.

Citado em: Caput do Art. 4º. - Regimento Interno nº 1, de 05 de novembro de 2000 - Dispositivo da Lei Orgânica Municipal

§ 1º São condições de elegibilidade para o mandato de Vereador, na forma da Constituição Federal:

- I – a nacionalidade brasileira;
- II – o pleno exercício dos direitos políticos;
- III – o alistamento eleitoral;

Configuração SAPL



Câmara Municipal de Sapelópolis

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

Configurações Gerais

[Casa Legislativa](#)

[Tipo de Autor](#)

[Configurações da Aplicação](#)

[Autores](#)



Configuração SAPL

Módulo Textos Articulados

Usar Textos Articulados para Proposições*

Não



Usar Textos Articulados para Matérias*

Não



Usar Textos Articulados para Normas*

Sim



Configuração SAPL



Módulo Textos Articulados

Tipos de Textos Articulados

Veículos de Publicação

Tipos de Vides

Tipos de Publicação

Tipos de Notas

Tipos de Dispositivos



Configuração SAPL



Tipos de Texto Articulado

[Adicionar Tipo de Texto Articulado](#)

Total de Tipos de Texto Articulado: 3

Sigla	Descrição	Modelo Integrado
ML	Matéria Legislativa	Matéria Legislativa
PRP	Proposição	Proposição
NJ	Norma Jurídica	Norma Jurídica



Configuração SAPL

Norma Jurídica

[Listar Tipos de Texto Articulado](#)[Adicionar Tipo de Texto Articulado](#)[Editar](#)[Excluir](#)

Identificação Básica

Sigla

NJ

Descrição

Norma Jurídica

Modelo Integrado

Norma Jurídica

Funcionalidades

Participação Social

Não

Histórico de Publicação

Não

Perfis Estruturais de Textos Articulados

Rodapé Global

Configuração SAPL

Norma Jurídica

Identificação Básica

Sigla*

NJ

Descrição*

Norma Jurídica

Modelo Integrado

Normas Jurídicas

Funcionalidades

Participação Social*

- ☐ Sim
☒ Não

Histórico de Publicação*

- ☒ Sim
☐ Não

Perfis Estruturais de Textos Articulado

- ☒ Lei Complementar 95
☒ Lei Complementar 95 com Variação
☐ Projetos baseados na LC 95
☐ Requerimento

Apenas os perfis selecionados aqui estarão disponíveis para o editor de Textos Articulado cujo Tipo seja este em edição.

Configuração SAPL

Perfis Estruturais de Textos Articulados

- ☒ Lei Complementar 95
- ☒ Lei Complementar 95 com Variação
- ☐ Projetos baseados na LC 95
- ☐ Requerimento

Apenas os perfis selecionados aqui estarão disponíveis para o editor